

PROCESSO TCE N° 129.078

ENTIDADE: Fundo Estadual de Fomento à Cultura

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Fundo Estadual de Fomento à Cultura, exercício de 2017.

RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 11.716/2020

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. REGULARIDADE. ARTIGO 51, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93. NOTIFICAÇÃO.

Constatada a regularidade das contas apresentadas, nos termos da Lei n. 4.320/64, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, do Tribunal de Contas do Estado do Acre, aplica-se o artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS do FUNDO ESTADUAL DE FOMENTO À CULTURA**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**, considerando-a **REGULAR**; **2) NOTIFICAR** o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, para que informe as providências que estão sendo adotadas para operacionalização do **FUNDO ESTADUAL DE FOMENTO À CULTURA**, considerando a ausência de efetividade detectada nestes autos e **3) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo. **AUSENTES**, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Antonio Cristovão Correia de Messias e Antonio Jorge Malheiro.

Rio Branco - Acre, 06 de fevereiro de 2020.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 129.078

ENTIDADE: Fundo Estadual de Fomento à Cultura

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Fundo Estadual de Fomento à Cultura, exercício de 2017.

RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas do **FUNDO ESTADUAL DE FOMENTO À CULTURA**¹, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**².
2. Em 02 de maio de 2018, as contas foram enviadas eletronicamente à esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, *h*³, da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013⁴.
3. Consoante estabelece a Portaria n. 59, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 324) e o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que se manifestou, por meio da 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **regulares** as contas apresentadas pelo **FUNDO ESTADUAL DE FOMENTO À CULTURA** (fls. 333/338).
4. Encaminhados os autos ao MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, o i. Procurador Dr. Sérgio Cunha Mendonça se manifestou pela regularidade das contas apresentadas, com fundamento no artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93 (fl. 343).
5. É o Relatório.

¹ Criado pela Lei Estadual n. 2.312, de 25-10-2010;

² Secretário de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS até 31-12-2018;

³ Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

h) Autarquias, Fundos e Fundações Públicas Estaduais.

⁴ Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

Processo TCE n. 129.078 (Acórdão n. 11.716/2020/Plenário)

6. Rio Branco, 06 de fevereiro de 2020.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

PROCESSO TCE N° 129.078

ENTIDADE: Fundo Estadual de Fomento à Cultura

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Fundo Estadual de Fomento à Cultura, exercício de 2017.

RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Tratam os autos da Prestação de Contas do **FUNDO ESTADUAL DE FOMENTO À CULTURA**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Nesse caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013 (Manual de Referência - 4ª edição), tendo sido encaminhada tempestivamente e com a documentação necessária ao seu processamento (Anexo VII);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** (fls. 03/121) pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013⁵, tendo sido indicado o responsável pela elaboração dos demonstrativos apresentados;

⁵ Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

Processo TCE n. 129.078 (Acórdão n. 11.716/2020/Plenário)

c) prosseguindo, também foi enviado o **RELATÓRIO SINTÉTICO** dos decretos de abertura de créditos adicionais (fl. 128) no qual **estão relacionados todos os valores relativos às anulações e suplementações orçamentárias**;

d) com base nas informações contidas no tópico anterior, chegou-se à conclusão que o **orçamento** previsto para o exercício de 2017, o qual foi aprovado pela Lei Estadual n. 3.205, de 21-12-2016 e estimava receitas e despesas no patamar de R\$ 1.005.000,00 (um milhão cinco mil reais), **quedou prevendo, após suplementações e anulações⁶, uma dotação final de R\$ 337.286,22 (trezentos e trinta e sete mil duzentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos)**, tudo em conformidade com a Lei Orçamentária Anual;

e) o **demonstrativo contábil anual da execução orçamentária e financeira** foi devidamente encaminhado juntamente com seus anexos, os quais passarei a analisar:

e.1) no tocante ao **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO** demonstra que, do confronto das receitas realizadas (não houve) com as despesas empenhadas (R\$ 79.854,00), houve um *deficit* equivalente a R\$ 79.854,00 (setenta e nove mil oitocentos e cinquenta e quatro reais);

e.2) quanto ao **BALANÇO FINANCEIRO**, verifica-se que não houve alteração em relação ao exercício anterior, tendo sido informado que a Unidade não possui conta corrente (fl. 124);

e.3) quanto ao **BALANÇO PATRIMONIAL**, elaborado em consonância com o artigo 105, da Lei n. 4.320/64, evidenciou o patrimônio do órgão, **apresentando um saldo patrimonial negativo de - R\$ 9.563,01 (nove mil quinhentos e sessenta e três reais um centavo)**;

e.4) a **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**, evidenciou as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ressaltando-se que no confronto das variações ativas e passivas, houve *deficit* no valor de R\$ 3.281,22 (três mil duzentos e oitenta e um reais e vinte e dois centavos);

XIII – o controlador interno.

⁶ Suplementações: R\$ 371.000,00

Anulações: R\$ 1.038.713,78

Processo TCE n. 129.078 (Acórdão n. 11.716/2020/Plenário)

f) no tocante aos **DEMONSTRATIVOS DE OBRAS CONTRATADAS e SUPRIMENTO DE FUNDOS E DE DIÁRIAS**, exigidos nos itens VIII, IX e X, do mencionado Anexo VII da Resolução-TCE n. 87/2013, foram apresentadas declarações de “nada consta”, nos termos do § 3º do artigo 2º da Resolução – TCE n. 87/2013;

g) por fim, foi apresentado parecer emitido pelo controle interno da unidade, em obediência ao previsto no item XIII do Anexo VII da Resolução - TCE n. 87/2013.

3. Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93⁷, pela:

3.1 APROVAÇÃO da PRESTAÇÃO DE CONTAS do FUNDO ESTADUAL DE FOMENTO À CULTURA, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**, considerando-a **REGULAR**;

3.2 NOTIFICAÇÃO do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, para que informe as providências que estão sendo adotadas para operacionalização do **FUNDO ESTADUAL DE FOMENTO À CULTURA**, considerando a ausência de efetividade detectada nestes autos;

3.3 REMESSA dos autos ao **ARQUIVO**, após as formalidades de estilo

4. É como Voto.

5. Rio Branco, 06 de fevereiro de 2020.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

⁷ Art. 51 - As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros ou contábeis, e a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão responsável;
Processo TCE n. 129.078 (Acórdão n. 11.716/2020/Plenário)